

empregador, com a assistência do Sindicato Profissional. **25.1** - A garantia aqui estabelecida vigora desde o alistamento para o Serviço Militar Obrigatório até a data da incorporação, permanecendo, uma vez cumprida a obrigação do Serviço Militar, pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da baixa daquele serviço, sem prejuízo do aviso previsto na CLT. A garantia fica eliminada, na hipótese de adiamento ou prorrogação da incorporação. **25.2** - As empresas não poderão utilizar a garantia acima para dedução de gozo de férias. **26 - GARANTIA AO EMPREGADO EM VIAS DE APOSENTADORIA** - Aos empregados com 8 (oito) ou mais anos de serviço na mesma empresa e que obtinham dentro de 1 (um) ano, nos termos da lei previdenciária, Aposentadoria Especial ou por Tempo de Serviço, fica assegurada a permanência no emprego durante o período de 1 (um) ano. **26.1** - Os empregados que tenham de 6 (seis) a 8 (oito) anos de serviço na mesma empresa, com direito a Aposentadoria Especial ou por Tempo de Serviço, a configurar-se dentro de 6 (seis) meses, também terão direito de permanência no emprego durante aqueles 6 (seis) meses. **26.2** - Caso o empregado dependa de documentação para a comprovação do tempo de serviço, terá 30 (trinta) dias de prazo para obtê-la, no caso de aposentadoria simples, e 60 (sessenta) dias, no caso de aposentadoria especial, contados a partir da notificação da dispensa. **26.3** - O empregado terá direito a 2 (dois) dias úteis por mês, durante os últimos 60 (sessenta) dias, para tratar da documentação da aposentadoria, sem prejuízo dos seus vencimentos normais. **26.4** - A partir do mês em que adquirir o direito às garantias mencionadas no "caput" e parágrafo 1º, o empregado deverá notificar a empresa no prazo de até 60 (sessenta) dias. **27 - CONDIÇÕES MAIS FAVORÁVEIS** - Fica garantida, com as alterações apresentadas na presente Convenção, a manutenção de todas as condições mais favoráveis concedidas por liberalidade das empresas, ressalvado o disposto nos arts. 501 a 504 da CLT. **28 - FLEXIBILIZAÇÃO DE JORNADA E BANCO DE HORAS** - As empresas convenientes poderão implementar o sistema de flexibilização da jornada de trabalho e banco de horas nos termos da lei 9600/98, obedecendo aos seguintes critérios: **28.1** - As horas trabalhadas a mais ou a menos em relação a jornada contratual serão compensadas no período máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data base. **28.2** - No final do período estabelecido no item anterior, o saldo de horas deverá ser apurado, podendo ser transferido para o período seguinte, de igual duração, um saldo máximo equivalente a 80 (oitenta) horas. As horas restantes do saldo, não compensadas até o final do período, serão remuneradas como extraordinárias nos termos da presente convenção coletiva de trabalho. **28.3** - Em caso de desligamento por iniciativa da empresa, os empregados que na época do desligamento tiverem saldos positivos de horas não compensadas, receberão essas horas remuneradas como extraordinárias na rescisão contratual. **28.4** - Em caso de desligamento por iniciativa do empregado, as horas por ele devidas serão descontadas na rescisão contratual. **28.5** - As horas excedentes e compensadas de acordo com os critérios desta Convenção Coletiva de Trabalho não terão caráter de extraordinários e para efeito de compensação serão computadas na base de uma por uma. **28.6** - Os saldos positivos de horas poderão ser utilizados para compensação de (pontes) de feriados prolongados em final ou início de semana. **28.7** - Se for de interesse do empregado e mediante sua expressão solicitada, os saldos positivos de horas poderão ser utilizados para o compensações em períodos adicionais às férias. **28.8** - A jornada contratual diária não deverá ultrapassar ao limite legal permitido. **28.9 - Mensalmente, a empresa se obriga a apresentar ao empregado a planilha de horas trabalhadas extraordinariamente e que serão lançadas no Bando de Horas e todas as dúvidas deverão ser solucionadas antes do resgate das horas acumuladas.** **29 - RELÓGIO DE PONTO/SISTEMA ALTERNATIVO DE CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO** - É obrigatório o uso de relógio ou ponto eletrônico, para controle do horário de trabalho, independentemente do número de empregados da empresa, ficando dispensada a assinatura dos empregados, quando os mesmos utilizarem crachá eletrônico para marcação do ponto. **29.1** - As empresas que utilizam Sistema Eletrônico de Controle de Jornada de Trabalho que atenda integralmente a sua finalidade, registrando fielmente os horários de entrada e saída dos empregados, que não possuam qualquer denúncia de irregularidade ou ilegalidade junto ao Ministério Público do Trabalho

ou Sindicato da Categoria Profissional sobre o Sistema adotado, poderá, com base na fundamentação acima, bem como no disposto no inciso XXVI do artigo 7º da Constituição Federal, que trata do reconhecimento das Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho e ainda, no artigo 2º da Portaria nº 373 de 25/02/2011, do Ministério do Trabalho, manter a título de Sistema Alternativo de Controle de Jornada de Trabalho, sem qualquer modificação, o atual Sistema Eletrônico de Captação de Ponto. **29.2** - O Sistema Eletrônico de Controle de Jornada Alternativo não poderá admitir: - Restrições a marcação do ponto; - Marcação automática do ponto; - Exigência de autorização prévia para marcação de sobrejornada; - Alteração ou eliminação dos dados registrados pelo empregado. **29.3** - Com adoção do Sistema Eletrônico de Controle de Jornada de Trabalho e de que trata a Portaria nº 373 de 25/11/2011, fica acordado que as empresas estarão liberadas da utilização obrigatória do Registrador Eletrônico de Ponto REP, previsto no artigo 31 da Portaria GM/TEM nº 1510 de 21/08/09, não caracterizando tal comportamento descumprimento da mencionada Portaria, isentando-se das penalidades previstas no artigo 28 da mesma. **30 - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS** - O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo de salário, até 3 (três) dias úteis consecutivos, em virtude de casamento. O empregado poderá também deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmão, sogro ou sogra e 1 (um) dia, no caso de internação de esposa ou companheira, mãe ou pai, assim como filhos, mediante comprovação do comparecimento ao hospital. **30.1** - Tais ausências não serão consideradas para efeito de férias e 13º salário. **31 - FÉRIAS** - O início do período de gozo de férias será comunicado ao empregado, por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias. A remuneração das férias a que fizer jus o empregado será acrescida de 1/3 (um terço), nos termos do art. 7º, inciso XVII, da Constituição Federal, e será paga com base na remuneração que o empregado perceberia se estivesse em serviço. Assim, se o período de gozo das férias avançar em outro mês no qual ocorrer correção ou aumento de salários, os dias que recaírem nesse mês serão pagos proporcionalmente ao salário já ajustado. A remuneração das férias deverá ser paga às vésperas do início das mesmas, conforme previsto no art. 145, da CLT, e o pagamento das eventuais diferenças deverá ser efetuado juntamente com o salário do mês subsequente. **31.1** - O início das férias, coletivas ou individuais, deverá coincidir preferencialmente no primeiro dia útil da semana e não poderá coincidir com descanso semanal remunerado, feriado ou dia já compensado. **31.2** O empregado poderá optar pelo recebimento da 1ª parcela do 13º (décimo terceiro) salário no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da comunicação prevista no "caput" desta cláusula, respeitado o disposto no art. 2º da Lei nº 4749/65. **31.3** - As empresas concederão uma indenização de um salário nominal a todos os empregados da categoria profissional em caso de demissão sem justa causa dentro do prazo de 30 dias após o retorno das férias, fracionadas ou não. A indenização será proporcional aos dias faltantes para completar o prazo acima e será efetuado a razão de 1/30 avos, sobre o salário nominal limitado a 30 dias. **31.4** - Fica estabelecido que as empresas que concederem férias coletivas no final do ano, os dias 25 de dezembro e 1º de janeiro não serão computados como férias e, portanto, serão excluídos da contagem dos dias. **31.5** - As empresas se obrigam a pagar férias proporcionais em caso de pedido de demissão, por parte do empregado. **32 - UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO** - As empresas fornecerão gratuitamente aos empregados: uniformes, macacões e demais peças de vestimenta, em número suficiente e em condições de uso, bem como equipamentos de proteção individual e de segurança, inclusive calçados especiais e óculos de segurança graduados de acordo com a receita médica, quando por elas exigidas, na prestação do serviço ou quando a atividade e a lei assim o exigirem. **33 - CAMPANHA PARA SINDICALIZAÇÃO** - As empresas, em comum acordo com o Sindicato representativo da categoria, quando solicitadas, disponibilizarão local para Campanha de Sindicalização, limitado a 01 (hum) dia para divulgação e 01 (hum) dia para cadastramento a cada 12 (doze) meses. **34 - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS** - Ficam liberados da obrigação de assinalar o ponto e da prestação dos serviços, sem

prejuízo da remuneração, os dirigentes sindicais quando em serviço na empresa, a saber: um diretor eleito do sindicato profissional e outro da Federação respectiva. A liberação se dará de forma que os dois dirigentes não sejam empregados da mesma empresa, ficando esta desobrigada de liberar mais de um empregado. Para o cumprimento desta cláusula, o Sindicato e a Federação indicará, por escrito, ao Sindicato da categoria econômica e às respectivas empresas, os nomes dos Diretores eleitos, beneficiados pela liberação aludida. **35 - CLAUSULA TRIGESIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL** As empresas descontarão de todos empregados, associados ou não, uma Contribuição Assistencial, consoante decisão da Assembleia Geral Ordinária, realizada aos 29/06/2020, (prorrogada por decisão dos presentes, para consulta virtual dos associados), em 2 (duas) parcelas, a primeira a ser descontada quando do pagamento relativo ao mês de setembro/2020 e a segunda a ser descontada quando do pagamento do salário relativo ao mês de dezembro /2020, de acordo com os seguintes parâmetros:a) Para os empregados com remuneração até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), duas parcelas 1% (um por cento) da remuneração mensal, cada uma, nos meses de setembro e dezembro/2020;b) Para os empregados com remuneração superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), duas parcelas no valor fixo de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, nos meses de setembro e dezembro/2020; c) As empresas deverão obter as Guias de recolhimentos desta contribuição no site do sindicato [www.sindadm.com.br](http://www.sindadm.com.br) - no menu "CONTRIBUIÇÕES ASSISTENCIAIS". **PARÁGRAFO 1º:** Em caso de dispensa do empregado antes do vencimento de uma das parcelas previstas nesta cláusula, deverá a empresa quando do pagamento da rescisão contratual proceder ao respectivo desconto. **PARÁGRAFO 2º:** O montante descontado deverá ser recolhido à correspondente entidade sindical até 15 dias após o efetivo desconto do empregado, sob pena de acréscimo de multa de 2% (dois por cento) para cada mês subsequente ao atraso, além de correção monetária calculada pelo índice governamental aplicável e juros de mora de 1% (hum por cento) por mês de atraso, sendo que tais acréscimos não poderão ser descontados dos empregados. **PARÁGRAFO 3º:** As empresas ficam obrigadas a enviar ao Sindicato dos Trabalhadores no prazo de 30 (trinta) dias após o desconto cópia da Guia de recolhimento acompanhada da relação dos profissionais, informando o valor do referido desconto. **PARÁGRAFO 4º:** Fica garantido o direito de oposição ao desconto da Contribuição prevista nesta Cláusula, que deverá ser exercido da seguinte forma: o empregado deverá comparecer pessoalmente na sede do Sindicato situado à Av. Rio Branco, 320 – 3º andar – Santa Ifigênia - SP/SP, no horário das 9:00 às 12:00 h ou das 13:00 às 15:00 horas, munido obrigatoriamente de um documento atualizado, com foto, e CTPS ou declaração da Empresa que comprove ser empregado e apresentar carta redigida de próprio punho, em 02 (duas) vias, para formalizar a oposição, no período de 01 a 11 de setembro de 2020, e entregar a cópia do documento protocolado pelo Sindicato a seu empregador até o dia 13/09/2020. **OBS.:** Referida Contribuição Assistencial, com previsão no art. 513, "e", da CLT, artigo 8º, inciso IV da Constituição Federal de 1988 e ratificada pela Portaria nº 180 do Ministério do Trabalho e Emprego, com autorização de inserção em CCT por acordo do E. TST, transitado em julgado, no processo nº 0000241-66.2013.5.02.0024. **36 – CONTRIBUIÇÃO SINDICAL** – Atendendo aos artigos 578 e 579 da CLT e por decisão unânime da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 29/06/2020, que autorizou expressamente o desconto dos salários de todos os empregados, associados ou não, da contribuição sindical prevista na CLT e as empresas se comprometem a encaminhar ao Sindicato Profissional, até 30 (trinta) dias da data do recolhimento, cópia das guias de recolhimento da Contribuição Sindical prevista no artigo 579 da CLT, acompanhada da respectiva relação nominal dos empregados e valores descontados. **37 - CONCILIAÇÃO DE CONFLITOS** - Havendo divergência ou conflitos decorrentes da aplicação das normas estabelecidas nesta Convenção, as partes deverão enviar esforços no sentido de resolvê-los diretamente através da conciliação, ficando assegurada a constituição, em cada empresa, de comissão paritária com a finalidade de buscar a composição amigável na solução do conflito. Persistindo o impasse, caberá, então, ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em última instância, decidir as eventuais controvérsias. **38 - MULTA POR DESCUMPRIMENTO** - No caso de

descumprimento, por parte das empresas, das obrigações constantes da presente Convenção, estas ficarão obrigadas a pagar multa equivalente a 1 (um) piso salarial da categoria, por infração cometida, e não por empregado, que será revertida em favor do Sindicato Profissional. **38.1 - Ficam excluídas desta penalidade as cláusulas que já contêm sanções específicas.** **39 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO – CESTA BÁSICA - A** cada trabalhador com carga horária integral na empresa, será fornecida, até o dia 20 de cada mês, uma cesta básica, no valor mínimo de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), ou em espécie, conforme discriminação abaixo, podendo ser alterada desde que não implique na sua qualidade e peso; **39.1 -** aqueles que trabalharem em horário reduzido, terão direito a uma cesta básica proporcional. **39.2 -** o desconto do empregado poderá ser de até 20% do benefício de que trata esta cláusula custo, conforme determinação legal. **39.3 -** o benefício de remuneração do empregado não terá natureza salarial, e nem se incorporará à remuneração do empregado para qualquer efeito. **39.4 -** as empresas que vierem a implantar o referido benefício, poderão utilizar-se dos incentivos fiscais previstos no PAT (programa de alimentação do trabalhador) do Ministério do Trabalho. **39.5 -** o trabalhador que tiver 2 (duas) faltas injustificadas, no mês, perderá o benefício desta cláusula. **39.6 -** Ficam desobrigadas as empresas que fornecerem alimentos ou ticket refeição.

5 pacotes	1 Kg	açúcar refinado
2 pacotes	5 Kg	arroz agulhinha Tipo 1
1 pacote	200 gr	biscoito recheado
2 pacotes	500 gr	café torrado e moído
1 pacote	500 gr	farinha de mandioca
2 pacotes	1 Kg	farinha de trigo especial
3 pacotes	1 Kg	feijão carioca novo
1 pacote	500 gr	fubá mimoso
3 pacotes	500 gr	macarrão espaguete
4 latas	900 ml	óleo de soja
1 lata	300 g	Extrato de tomate
1 pacote	1 Kg	sal refinado
1 lata	700 g	goiabada massa
1 lata	130 g	sardinha em óleo
1 copo	300 g	tempero completo

**40 -AUXÍLIO REFEIÇÃO** - As empresas que concedem aos seus empregados auxílio refeição ficam obrigadas a proceder o reajuste pelo índice de inflação do período, facultado excepcionalmente o seu pagamento em dinheiro. Podendo ser utilizado o critério de valores por faixa salarial. **40.1** – Os tickets ou vales refeição, deverão ser concedidos juntamente com o pagamento de salário mensal. **40.2** - O valor do desconto sob esse título não poderá exceder a 30% do custo do benefício. **41 – REPRESENTAÇÃO DOS EMPREGADOS NA EMPRESA** – As empresas abrangidas por esta convenção e que se enquadrarem no art. 510 – A da CLT, quando da realização do processo eleitoral para formação da comissão de representante dos empregados, ficam obrigadas a comunicar o Sindicato dos Empregados da Administração das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas de São Paulo, a data de início do referido processo. **41.1** – A comissão de empregados eleita não poderá negociar condições gerais de trabalho dos empregados representados por este sindicato, com a empresa. **41.2** – Findo o processo eleitoral, no prazo de 10 (dez) dias, deverá a empresa encaminhar ao sindicato cópia de toda documentação do processo eleitoral. **42 – RESCISÃO POR MUTUO ACORDO E ACORDO**

**EXTRAJUDICIAL** – Em caso da empresa e empregado optarem pela rescisão por mútuo acordo, ou acordo extrajudicial, o Sindicato dos Empregados da Administração das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas de São Paulo, prestará assistência jurídica gratuita a aquele que não fizer oposição a contribuição assistencial.43 – **CARTA DE REFERÊNCIA**;As empresas deverão conceder de referência ao trabalhador dispensados sem justa causa, sempre que solicitada, bem como deverão informar os cursos concluídos pelo trabalhador solicitante, desde que a prova de frequência e conclusão destes constem de seus registros e realizados da vigência do contrato de trabalho. Procedida a leitura das reivindicações, o companheiro presidente procurou saber dos presentes se existia alguma outra proposta ou sugestão. Usou da palavra o companheiro Sr.Esny Ledesma, que sugeriu fosse feita a consulta virtual aos demais companheiros, que o sindicato providenciasse uma chamada em seu site, assim como os companheiros presentes solicitasse aos seus conatos para que apreciassem as cláusulas propostas, prorrogando assim a assembleia, ate o dia 17 de julho de 2020. O companheiro Luiz Carlos Dias Gomes, usou da palavra e apoiou a proposta, assim como os demais companheiros presentes. Aprovada por unanimidade a proposta do companheiro Sr. Esny Ledesma, decidiu-se pela extensão desta assembleia até a data proposta, 17 de julho de 2020. A seguir, o companheiro presidente julgou oportuno esclarecer o seguinte: em se tratando de uma proposta, poderia ocorrer, como das vezes anteriores, uma contraproposta com percentual mais reduzido, ou outra alteração qualquer, que serão levadas a apreciação da categoria, por consulta virtual, em data a ser divulgada no site da entidade. Que, desde logo, pediu que a Assembleia lhe outorgasse plenos poderes para elaboração de um acordo, a exemplo do que ocorreu em anos anteriores mas, se isso não fosse possível, seria então, ajuzado o competente dissídio coletivo. Esta proposta foi submetida à Assembleia Geral que, por aclamação, foi integralmente aprovada. A seguir o companheiro presidente passou a discussão e votação sobre o item "c" da ordem do dia, ou seja, "cobrança de uma Contribuição Assistencial, para custear as inúmeras ações que vem sendo exigidas pelos integrantes da categoria, face a crise econômica que vem enfrentando as empresas, provocando constantes atrasos nos pagamentos de salários e outros direitos trabalhistas, inúmeros pedidos de Recuperação Judicial, que estão exigindo a atuação efetiva e constante na defesa dos empregados que ficam sujeitos aos efeitos da R.J. Sobre esse assunto o companheiro presidente ofereceu à consideração da Assembleia a seguinte proposta: cobrança de uma Contribuição Assistencial, da ordem de 2% ( dois por cento ), quando do pagamento da primeira remuneração já reajustada e cobrança de uma segunda parcela, também no valor de 2% ( dois por cento ), quando do pagamento da remuneração do mês subsequente. Por decisão unânime da Assembleia permaneceu inalterado o percentual de 2%, como consta das convenções anteriores, ficando autorizado o desconto em folha, como nas vezes anteriores. Esgotadas, a apreciação e votação da ordem do dia, o presidente da mesa franqueou a palavra aos presentes, mas como ninguém fez uso da mesma, deu por encerrada a sessão que continuou até 17/07/2020. Feita a consulta virtual sobre a pauta votaram 13 (treze) companheiros pela aprovação da mesma, dando-se por encerrada a Assembleia às 17:00hs do dia 17/07/2020. O presidente determinou a lavratura da presente ata, que vai por mim assinada, Luciana Barbosa Fontan – Secretária e também pelo Presidente da Assembleia – Domingos Fontan

  
São Paulo, 17 de julho de 2020.